



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ana Patrícia Santana Rosa de Lima¹, Assis Leão da Silva², Cislayne Cibelle de Sousa Ferreira³, Dayane Santos Marques⁴, Jário de Lima Pina⁵, Vilma Albuquerque Santos⁶

¹Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira - UFAL. Técnico Administrativo-Pesquisadora IFPE/CNPq. e-mail: patricia.rosa@vitoria.ifpe.edu.br

²Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. Professor/Pesquisador do IFPE/CNPq. e-mail: assis.leao@vitoria.ifpe.edu.br

³Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Química IFPE. Colaborador de projeto de pesquisa. e-mail: cislayne_cibelle@hotmail.com

⁴Graduanda/ do Curso de Licenciatura Plena em Química IFPE. Bolsista IFPE/FACEPE e-mail: dayane_santos09@hotmail.com

⁵Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Química IFPE. Colaborador do projeto de pesquisa. e-mail: j.limapina@hotmail.com

⁶Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Química IFPE. Colaborador de projeto de pesquisa. e-mail: vilma_albuquerque1@hotmail.com

Resumo: O trabalho analisou a avaliação institucional nas instituições de educação superior, com contextos administrativos e tradição acadêmica distintas, verificando quais as possibilidades do desenvolvimento da avaliação institucional, especificamente a autoavaliação institucional, como instrumento de construção identitária e do aprimoramento da gestão. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa documental, analisando-se o processo de autoavaliação de instituições de educação superiores públicas e privadas. No tratamento dos dados foi empregada a análise de conteúdo. As primeiras afirmações provisórias apontam que as perspectivas institucionais diferenciadas e diversificadas impactam a realização da avaliação institucional. Concluiu-se que, a perspectiva atual do processo de diversificação e diferenciação institucional imprime aspectos peculiares ao desenvolvimento da avaliação institucional, sobretudo no trabalho realizado pela Comissão Própria de Avaliação na autoavaliação, o que expressa o grau de institucionalização da cultura da avaliação institucional, bem como distorções no processo de implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Palavras-chave: avaliação institucional, instituições de Educação Superior, autoavaliação, políticas de avaliação da educação superior, comissões próprias de avaliação.

1. INTRODUÇÃO

A política de avaliação da educação superior no Brasil vem apresentando mudanças substantivas no seu delineamento, principalmente em relação à sua concepção, princípios e pressupostos teórico-metodológicos, suscitando na sociedade, comunidade acadêmica, mídia e nas instâncias burocráticas do governo, intensos debates acerca dos processos avaliativos adotados nas Instituições de Ensino Superior (IES). Esses debates e discussões potencializaram a avaliação como ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais, que marcaram este período de reestruturação da educação superior, desencadeando modificações nos modelos de regulação, gestão e controle da produção acadêmica das IES (DIAS SOBRINHO, 2010; GOMES E AZEVEDO, 2009).

As reformas educacionais constituíram distintas concepções acerca do papel da educação superior desvelando tensões paradigmáticas no campo da avaliação, alterando a perspectiva de avaliação institucional, desvelando-se nas duas últimas décadas em três momentos distintos da avaliação da educação superior no Brasil, no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), no Exame Nacional de Cursos (ENC/PROVÃO), e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (PEIXOTO, 2004; ZANDAVALLI, 2009; POLIDORI, 2009; DIAS SOBRINHO, 2010).

Tais tensões paradigmáticas materializam-se no embate entre os que defendem os testes estandardizados e padronizados aplicados pelo governo, baseados no paradigma objetivista/quantitativista (caracterizado pela mensuração de desempenho e resultados, com o estabelecimento de hierarquias e *rankings* entre as IES, na ênfase ao controle técnico-burocrático e aos



instrumentos elaborados exteriormente, testes de larga escala) e os que defendem a avaliação realizada pela comunidade acadêmica, baseada no paradigma subjetivista/qualitativo (caracterizado pela perspectiva formativa, emancipatória, transformadora, com ênfase ao respeito à identidade institucional e a participação democrática, resignificando os processos e as atividades da comunidade acadêmica) (DIAS SOBRINHO, 2004; PEIXOTO, 2004).

Nesse cenário, é importante notar a influência de intensas mudanças sociais que nortearam grandes e múltiplas contradições que impactam na ressignificação do papel da educação superior. Compreende-se, que essas influências são desveladas através das demandas e desafios postos a educação superior. Esses aspectos, trouxeram a tona questões como a “diversificação institucional”, a “massificação do sistema de educação superior”, a “implementação de processos avaliativos” mensurando o trabalho e a eficácia das instituições como meio de legitimar os recursos e redirecionar investimentos (SANTOS, 2004; GOMES, 2002; AMARAL, 2009).

No tocante à implementação de processos avaliativos, foco de estudo do presente, verificou-se, no contexto citado, a formulação e implementação de distintas políticas de avaliação da educação superior – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); Exame Nacional de Cursos (ENC) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – com pressupostos teórico-metodológicos similares e opostos evidenciando os embates paradigmáticos e os interesses subjacentes dos segmentos da sociedade envolvidos com a educação superior.

Este cenário permite observar o embate entre políticas com referencial normativo neoliberal (PROVÃO) e progressista (PAIUB/SINAES). Contra as políticas neoliberais têm pesado diversas críticas relativas à implementação, o que se contrapõem as políticas progressistas com suas formas de gestão participativas. A questão examinada neste estudo é se estas políticas avaliativas participativas e democráticas conseguiram realizar modificações substantivas na qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade, bem como na lógica de organização das dimensões acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) dos trabalhos da educação nas IES, bem como se foram capazes de induzir o envolvimento da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional e se conseguiram imprimir a perspectiva formativa e emancipatória da avaliação em distintos contextos institucionais.

O estudo das questões pertinentes a esse processo se fez e faz necessário e relevante, pelas contribuições que podem possibilitar para o conhecimento sobre a avaliação da educação superior brasileira, bem como para a constituição de práticas avaliativas. Entre esses elementos podem ser destacados: o alcance em que a cultura de avaliação se constituiu nas instituições de educação superior (IES); as diferenças que as categorias administrativas e sua organização acadêmica, no contexto de diversificação e diferenciação institucional, introduzem nesse processo; as metodologias adotadas para a realização da autoavaliação institucional.

Por essa razão, a relevância da realização desta pesquisa residiu no fato de desvelar elementos importantes do processo de diversificação e diferenciação institucional e seus vínculos na realização da avaliação institucional no contexto do SINAES, contribuindo para o debate acerca da autoavaliação institucional, no tocante à reflexão a respeito das possibilidades de realização da autoavaliação desenvolvida pela CPA, no processo de avaliação institucional, tendo em vista a realização de diversos estudos, entre eles (ALMEIDA, PINTO, PICCOLI, 2007; POLIDORI, FONSECA, LARROSA, 2007; OLIVEIRA, AMARAL, ET AL, 2008; ZAINKO, 2008; PEIXOTO, 2009) sobre a implementação da autoavaliação institucional como fator organizacional e identitário das IES.

Assim, o trabalho se propôs a investigar a seguinte questão: quais os possíveis vínculos que se pode estabelecer entre a autoavaliação institucional e o processo de diversificação e diferenciação institucional, materializados no perfil da comunidade acadêmica, da gestão e no aporte e natureza do financiamento das IES?

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a avaliação institucional em Instituições de Educação Superior (IES) com contextos administrativos e tradição acadêmica distintas, considerando sua missão, seus espaços de inserção acadêmica, social e cultural, aporte e natureza financeira, com vistas a verificar quais as possibilidades do desenvolvimento da avaliação institucional, especificamente a autoavaliação institucional, como instrumento de construção identitária e do aprimoramento da gestão nestas IES. E teve como objetivos específicos: conhecer os



elementos apresentados pelas IES na elaboração das propostas e relatórios de autoavaliação institucional conduzidos pela CPA; localizar as dimensões e processos mais relevantes considerados pela CPA nas IES estudadas; comparar as dimensões e formas de operacionalização utilizadas pelas IES na realização da autoavaliação institucional; esquematizar as dimensões e operacionalização adotadas pelas CPA das IES de acordo com o perfil de diferenciação e diversificação institucional; avaliar as imbricações do perfil institucional para com a realização da autoavaliação desenvolvida pela CPA, no contexto da avaliação institucional delineada pelo SINAES.

O direcionamento do estudo foi voltado para a análise documental de âmbito nacional (textos de órgãos governamentais e legislação) e de âmbito regional/local (exame de legislação específica das IES da amostra e apreciação dos projetos e relatórios institucionais de autoavaliação), que envolveu a Comissão Própria de Avaliação (CPA), das instituições pesquisadas, responsáveis pela condução do processo de autoavaliação no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

2. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida foi do tipo documental, por entendermos que “qualquer registro escrito pode ser usado como fonte de informação” (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p.169). O *corpus* documental da pesquisa foi de âmbito nacional (textos de órgãos governamentais e legislação – nos sites da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, CONAES, e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP), e de âmbito regional/local (exame de legislação específica das IES da amostra e apreciação dos projetos e relatórios institucionais de autoavaliação – nos sites do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, IFPE; Universidade Católica de Pernambuco e Faculdade de Filosofia de Caruaru, FAFICA; da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE; e da Universidade do Vale dos São Francisco, UNIVASF).

No campo empírico se investigou as IES citadas, por serem marcadas por distintos e diferenciados contextos institucionais. O procedimento da coleta dos dados se desenvolveu: (1) consulta aos sites e aos membros das CPA para a aquisição dos documentos – projetos e relatórios – concernentes à autoavaliação institucional; (2) elaboração de ficha de catalogação dos documentos, confeccionada em papel A4 branco (210 x 290 mm), definindo os tópicos da pesquisa conforme as categorias de cunho empíricas desenvolvidas – composição da CPA, padrão de avaliação, concepção de IES, finalidades da avaliação, instrumentos de coletas de dados previstos e realizados, autonomia das propostas em relação ao roteiro de autoavaliação proposto pelo SINAES, operacionalização da autoavaliação e a articulação entre a autoavaliação e a avaliação externa.

Para a análise dos dados, buscou-se realizar a crítica “do texto”, “autenticidade” e a “a de origem”. Aprofundando a análise com base em Fragata (1981), realizamos a crítica externa dos documentos, apreciando o sentido e o referencial normativo do conteúdo. Para realização desta etapa, em primeiro lugar estabelecemos a crítica da interpretação, buscando o domínio do vocabulário e a linguagem da documentação; conhecimento das circunstâncias, do ambiente e da influência em que surgiram tais documentos; conhecimento dos aspectos cognitivos explicitados. Em segundo realizamos a crítica do valor interno dos documentos. Em terceiro, após os movimentos realizados, buscamos tratar os dados obtidos por meio da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1994).

O objetivo foi de construir um quadro comparativo das ações desenvolvidas pela CPA, em distintos contextos institucionais no processo de implementação da política de avaliação da educação superior - SINAES, para desvelar as imbricações da diversificação e diferenciação institucional na avaliação institucional no contexto atual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados nos permite apontar que a perspectiva atual do processo de diversificação e diferenciação institucional, imprime aspectos peculiares ao desenvolvimento da avaliação institucional, sobretudo no trabalho realizado pela CPA na autoavaliação institucional, expressando o grau de institucionalização da cultura de avaliação institucional. As peculiaridades materializam-se nos aspectos relacionados aos interesses institucionais verificados em cada instituição investigada, no



tocante as perspectivas de ensino, pesquisa e extensão, ao porte financeiro, tipo e finalidades de gestão, público-alvo, inserção social, identidade institucional, experiência com o processo de autoavaliação, mecanismos de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, entre outros. Além disso, essas peculiaridades possivelmente têm delineado a forma de articulação entre a avaliação interna e a avaliação externa no âmbito do SINAES, ou seja, o diálogo entre a CPA e a Comissão Externa de Avaliação (CEA) coordenada e orientada pelo INEP e a CONAES. De maneira ampla, por meio dos documentos analisados, percebemos evidências de variações no tocante ao estágio de consolidação do processo de autoavaliação nas IES estudadas.

Verificou-se que nas instituições pesquisadas as Comissões Próprias de Avaliação realizaram o trabalho de autoavaliação de maneira fragmentada, desvirtuando a perspectiva global da avaliação institucional descrita nos documentos do SINAES. Aprofundando a análise, observou-se que nas instituições particulares analisadas, bem como nas instituições federais de criação mais recente, como o IFPE e a UNIVASF, e com menor tradição acadêmica no tocante a pesquisa e a extensão, a autoavaliação tendeu a trabalhar mais questões relacionadas com a dimensão do ensino, em detrimento das outras dimensões que constam nos documentos do roteiro de autoavaliação proposto pela CONAES. Esse fato também ocorreu nas instituições de maior porte e tradição acadêmica como a UFPE e a UFRPE; no entanto, as razões para o foco no ensino residiu no fator inverso, por este apresentar aspectos de fragilização e por se priorizar a pesquisa em detrimento do ensino. Um fator contribuinte para esse aspecto é o perfil do público alvo de cada instituição, que com o processo de diversificação e diferenciação institucional varia bastante, de maneira interna (nos cursos e turnos) e externa (entre instituições).

No tocante ao porte financeiro e suas imbricações na avaliação institucional, percebeu-se que as instituições federais tradicionais apresentaram uma preocupação maior com relação à dimensão pesquisa na avaliação institucional, no sentido de entenderem que esta perspectiva pode apontar elementos justificadores de maiores investimentos nesta área. Já as instituições federais recentes, amparadas no processo de interiorização e expansão da educação superior, apresentaram maior preocupação com os índices voltados para a dimensão de ensino. Contudo, aspectos de concorrência institucional nas agências de fomento das pesquisas no País, já começam a imprimir a criação de novas perspectivas para a pesquisa nestas novas instituições federais. Em relação às instituições privadas, sobretudo a de menor porte analisada, a faculdade isolada, a preocupação básica residiu no tocante à dimensão do ensino, com ênfase no processo de autorização, reconhecimento e credenciamento dos cursos.

Também foram analisadas as perspectivas de gestão, observou-se que indistintamente do porte institucional, a autoavaliação foi considerada ou não pela gestão de acordo com os interesses e contextos locais. O comum observado é que quando a gestão se apropria da avaliação institucional, esta o usa para imprimir na comunidade acadêmica o seu projeto de identidade institucional, ou seja, o diálogo não tem acontecido; na realidade a avaliação institucional tem sido apenas um monólogo excluindo a comunidade acadêmica do processo ou apenas participando dele de maneira passiva. Também foram verificados limites e contradições nos referenciais normativos, teoria pluralista, na Lei 10.861/04 do SINAES, quanto ao processo de participação da comunidade acadêmica, estimulando muito mais a participação em caráter representativo do que participativo, ferindo as perspectivas apontadas nos princípios norteadores da própria política de avaliação, a perspectiva formativa e emancipatória.

Esse aspecto tem desvelado o fenômeno comum a todas estas instituições, só que em graus distintos, a prevalência da avaliação institucional trazer a ordem do dia aspectos gerenciais em detrimento dos aspectos identitários. Também se verifica o pouco envolvimento dos segmentos da comunidade acadêmica, sobretudo quando relacionados aos técnicos, discentes e sociedade civil. Já o segmento docente é proeminente em qualquer dos contextos analisados. Isso traz questões de ordem sociológicas importantes, que necessitam de estudos e com metodologias qualiquanti capazes de aprofundar o entendimento acerca desta questão, que estudos na área ainda não identificam com a clareza necessária, restringindo-se apenas a descrição das experiências relatadas.



Com relação à articulação entre a avaliação interna e externa, percebe-se que nas instituições investigadas o formalismo e o diletantismo em relação a esta dimensão, se apresentam com distintos graus. O fator diferenciador está na perspectiva de autonomia administrativa e acadêmica que gozam as IFES de maior tradição acadêmica em detrimento das IFES recentes e das instituições privadas, mas carentes do processo de autorização, credenciamento e reconhecimento. Outro aspecto encontrado e relevante é a inexistência de *feedback* dos relatórios das CPA dados pelo MEC/CONAES. Representantes das instâncias centrais do Sistema advogam que a demora no retorno das avaliações reflete a tímida infraestrutura de que dispõe o INEP e a CONAES, para operacionalizar esse processo. Este dado aponta diretamente para a polêmica implantação dos índices, questão que não teve condições de ser tratada neste trabalho, por merecer uma análise verticalizada.

6. CONCLUSÕES

Conclui-se, que a perspectiva atual do processo de diversificação e diferenciação institucional imprime aspectos peculiares ao desenvolvimento da avaliação institucional, sobretudo no trabalho realizado pela CPA na autoavaliação institucional, o que expressa o grau de institucionalização da cultura de avaliação institucional. Além disso, essas peculiaridades possivelmente têm delineado a forma de articulação entre a avaliação interna e a avaliação externa no âmbito do SINAES, ou seja, o diálogo entre a CPA e a Comissão Externa de Avaliação (CEA) coordenada e orientada pelo INEP e a CONAES.

De maneira ampla, os documentos analisados proporcionam perceber evidências de variações no tocante ao estágio de consolidação do processo de autoavaliação nas IES estudadas. Para verificar de maneira mais substancial essas variações, se faz necessário a realização de estudos empíricos relacionados a pressupostos teóricos robustos e comparativos em diversos contextos institucionais e articulados com as instâncias centrais do SINAES, como a CONAES e o INEP; no sentido de superar uma característica comum do campo, os trabalhos restritos à natureza teórico-conceitual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. L. de; PINTO, S. S.; PICCOLI, H. C. Autoavaliação na fundação universidade federal do Rio Grande: metodologia de avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.12, n.3, p. 515-530, set, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMARAL, N. C. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. In: MANCIBO, D. *et al* (Org.). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo-SP: Xamã, 2009, v. 1, p. 113-146.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Porto Editora, 1994.

BRASIL, Lei nº 10.861, de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do PROVÃO ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n.1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <HTTP:// <http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 22 de jul. 2010.

_____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88 p. 703-725, Especial – Out. 2004.



FRAGATA, J. **Noções de metodologia:** para a elaboração de um trabalho científico. São Paulo: Loyola, 1981.

GOMES, A. M. Política de Avaliação da Educação Superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 275-298.

GOMES, A. M.; AZEVEDO, J. M. L. de. **Notas teóricas sobre regulação e educação superior. In: DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Xamã, 2009. (p.183-191).

OLIVEIRA, J. F. de; AMARAL, N. C. et al. Avaliação institucional: projetos de auto-avaliação e vinculação entre avaliação, gestão e financiamento. In: OLIVEIRA, J. F. de; FONSECA, M.(orgs.). **Avaliação institucional:** sinais e práticas. São Paulo: Xamã, 2008.

PEIXOTO, M. C. L. Avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14. n. 1, p. 9-28, mar, 2009.

_____. O debate sobre avaliação da educação superior: regulação ou democratização? In: MANCEBO, D; e FÁVERO, M. L. A. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente.** – São Paulo: Cortez, 2004.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, sinaes, idd, cpc, igc e...outros índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul. 2009. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14.

_____. FONSECA, D. G.; LARROSA, S. F. T. Avaliação institucional participativa. **Avaliação** v.12, n.2, jun. 2007. p. 333-348.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2004. – (Coleção questões da nossa época).

ZAINKO, M. A. S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, p. 827-831, nov. 2008.

ZANDAVALLI, C. B. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n.2, p. 385-438, jul. 2009.